



## **Residência Agrária – Sergipe: semeando a agroecologia e a soberania alimentar**

Rita Fagundes<sup>1</sup>, Anhressa A. Fagundes<sup>2</sup> e Amaury da Silva dos Santos<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Foi coordenadora pedagógica do Curso de Especialização em Residência Agrária (UFS). Atualmente é Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). E-mail: [ritafagundes@hotmail.com](mailto:ritafagundes@hotmail.com); <sup>2</sup>Doutora em Nutrição Humana e Docente Adjunta do Departamento de Nutrição (UFS). E-mail: [afagundes16@gmail.com](mailto:afagundes16@gmail.com); <sup>3</sup>Doutor em Produção Vegetal (UENF) e Pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros (EMBRAPA). E-mail: [amaury.santos@embrapa.br](mailto:amaury.santos@embrapa.br).

**Resumo:** Apresentamos neste trabalho a experiência do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária da Universidade Federal do Sergipe (UFS). O projeto político pedagógico do curso foi elaborado dialogando com os princípios e diretrizes da Educação em Agroecologia e com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). O curso foi desenvolvido a partir da Pedagogia da Alternância, uma metodologia de organização do trabalho pedagógico que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos. Destacamos como um dos principais resultados dessa experiência, a oportunidade de integração de diversos atores que atuam com a agroecologia no estado de Sergipe, possibilitando novas ações conjuntas, envolvendo diferentes departamentos da Universidade com a EMBRAPA, Instituições de ATER e Movimentos Sociais.

**Palavras-chave:** Pedagogia da Alternância; Construção do conhecimento; Transição agroecológica.

### **1. Introdução**

Este trabalho é fruto da experiência do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (PGRA-UFS) e foi viabilizado a partir de uma chamada pública conjunta, realizada pela parceria entre o recém-extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O objetivo da Chamada foi selecionar propostas de



cursos de pós-graduação que associassem ensino, pesquisa e extensão rural, numa perspectiva problematizadora, dialógica e participativa, tendo como foco, ações de experimentação, validação e disponibilização de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento das áreas de Reforma Agrária. Na ocasião, foram aprovados trinta e cinco projetos de Residência Agrária, distribuídos em vinte estados brasileiros.

O projeto, que culminou na promoção do curso de especialização em Residência Agrária da UFS, surgiu da demanda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que procurou professores ligados ao Espaço de Vivência Agroecológica (EVA) da UFS para que fosse elaborado um projeto que concorresse à Chamada Pública. O EVA surgiu em 2005 a partir da iniciativa de um grupo de estudantes que, diante da ausência de disciplinas ligadas à temática da agroecologia na grade curricular e da ausência de projetos de pesquisa e extensão que tivessem a agroecologia como fio condutor, passaram a pressionar a Reitoria, até que a mesma cedeu um terreno no campus da UFS de São Cristóvão para que esses estudantes pudessem desenvolver práticas agroecológicas.

De 2005 a 2010 o EVA foi gerido exclusivamente por estudantes. Para viabilizar as atividades de plantio e manejo da área como um todo, foi feita uma campanha de doações, possibilitando a aquisição de canos de PVC, caixas d'água e ferramentas. As sementes e mudas eram conseguidas a partir de doações e trocas e o grupo participava de outros espaços que possibilitassem oportunidades de aprendizado. Em 2011, em parceria com alguns professores, o grupo aprovou um programa de extensão que foi executado via edital do Ministério da Educação e o EVA passou a contar com dez bolsistas que desenvolviam atividades tanto na área localizada na UFS, como no pré-assentamento Mário Lago, localizado no município de Riachuelo/ SE, parceiro durante toda a execução do programa em 2012. Atualmente o EVA é mantido com recursos do CNPq, através da chamada n° 81/2013 MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq, que viabilizou a criação de Núcleos de Agroecologia e Produção Orgânica.

O projeto político pedagógico do curso de Especialização em Residência Agrária da UFS foi elaborado, dialogando com os princípios e diretrizes da Educação em Agroecologia e seguiu as orientações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (BRASIL, 2004), da Política



de Educação do Campo e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Estes têm como princípios o respeito à diversidade do campo, o incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos com metodologias adequadas e que considerem as especificidades e as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo e possibilite a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais (BRASIL, 2010).

Seguindo as orientações da Chamada, o processo seletivo teve como público prioritário, beneficiários do PRONERA e profissionais que desenvolvessem atividades educacionais e técnicas, em assentamentos da Reforma Agrária. Sugere-se que a construção do conhecimento dos cursos ligados ao PRONERA deve ser guiada a partir da Pedagogia da Alternância, que consiste numa metodologia de organização do trabalho pedagógico que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, geralmente denominados de Tempo Escola e Tempo Comunidade.

Na literatura se tem registro que essa metodologia surgiu na França em 1935, com a criação da primeira Escola Família Agrícola (EFA). A iniciativa veio de um padre, insatisfeito com o sistema educacional que não atendia as especificidades do campo. Os jovens ficavam uma semana por mês na escola e os demais dias, trabalhavam na lavoura. Partia-se da premissa que deveria haver uma alternância das etapas de formação e uma articulação entre os conhecimentos adquiridos na propriedade rural com os conhecimentos da escola. No Brasil, as primeiras experiências surgiram em 1969, com a criação das primeiras Escolas da Família Agrícola no Espírito Santo (NOSELA, 1977). Atualmente se tem trabalhado com a pedagogia da alternância em EFA's e também em cursos de graduação destinados aos povos do campo. Em relação à orientação didático-pedagógica, é oportuno destacar que existem diferentes orientações teóricas.

Na UFS três turmas tinham a Pedagogia da Alternância como pressuposto teórico-metodológico (Agronomia<sup>1</sup>, Pedagogia e Licenciatura em Educação do Campo). Parte significativa dos educandos do Residência Agrária são originários desses cursos. Considerando que a Pedagogia da Alternância

---

<sup>1</sup> O curso de Engenharia Agrônoma da UFS foi o primeiro curso do Brasil a ofertar formação agrônoma via vestibular especial para beneficiários da Reforma Agrária. O curso teve início em 2004 e chegou a ser suspenso em decorrência de uma ação judicial impetrada pela Associação dos Engenheiros Agrônomos de Sergipe. A primeira e única turma especial de Engenharia Agrônoma da UFS colou grau em 2009. A carga horária e a grade curricular eram idênticas a do curso de Engenharia Agrônoma convencional e a Agroecologia não apareceu no currículo.



possibilita a construção de processos educativos em diferentes tempos e espaços e possibilita a transversalidade dos conhecimentos e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão como fundamento para se pensar a relação da teoria e da prática, numa perspectiva não só de problematizar a realidade, mas de buscar meios para transformá-la, o curso de especialização em Residência Agrária da UFS foi realizado em momentos e espaços distintos e complementares, divididos em Tempo Universidade, Tempo Comunidade e Tempo Síntese.

No Tempo Universidade, os estudantes desenvolveram os saberes técnico-científicos, propostos nos oito eixos temáticos (Campo e desenvolvimento: a questão agrária brasileira; Metodologia científica; Metodologias participativas e a pesquisa como princípio educativo; Política, legislação e Estado; Agroecologia, produção e sustentabilidade; Práticas agroecológicas; Saúde e segurança alimentar e nutricional no campo; Agroindústria e cooperativismo). No Tempo Comunidade, estudantes, professores, estagiários e supervisores de campo realizaram estudos, pesquisas e atividades de intervenção e experimentação em assentamentos rurais e em comunidades quilombola, ribeirinha e extrativista, compartilhando os conhecimentos adquiridos no Tempo Universidade a partir da interlocução dos diferentes saberes.

Já o Tempo Síntese foi utilizado para reuniões que pudessem avaliar o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade, uma vez que a avaliação coletiva possibilita uma melhor verificação dos avanços e limites de cada momento pedagógico e, ainda, instiga no grupo o desejo de somar esforços e aprendizados para a construção de experiências atreladas e comprometidas com as necessidades dos camponeses.

Com o objetivo de gerar reflexões sobre as atividades realizadas durante o curso e oferecer subsídios para processos de formação e intervenção em Educação do/no Campo, apresentamos aqui uma síntese da experiência do Residência Agrária de Sergipe, que iniciou suas atividades em junho de 2013 e finalizou em dezembro de 2015.



## 2. Descrição e reflexões sobre a experiência

Partimos do entendimento que um curso que tinha a pretensão de ter a agroecologia como eixo orientador, deveria considerar vários elementos no processo educativo que iam desde a questão agrária, passando pela produção, comercialização, consumo, chegando até a questão da saúde, numa perspectiva de também problematizar o papel da ciência e da universidade, que historicamente vêm produzindo e reproduzindo relações de poder na construção do conhecimento.

Para tal, tomamos como rumo norteador a compreensão de que a agroecologia é muito mais do que uma nova ciência, visto que se configura como prática, movimento e campo do conhecimento. Para alcançar os objetivos propostos, no lugar de disciplinas, optamos por denominar as etapas de formação teórica, política e técnica, de Eixos Temáticos. Cada temática contou com a contribuição de professores da UFS, bolsistas do Núcleo de Agroecologia (EVA-UFS/CNPq), assentados da reforma agrária, técnicos de assistência técnica e extensão rural (INCRA) e pesquisadores e analistas da Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Entendemos que um curso que tem entre seus objetivos, contribuir com a transição agroecológica, entendida não apenas como sinônimo de práticas mais sustentáveis na produção agrícola, mas como uma construção social que emerge através de outras interações que se estabelecem entre recursos, atores e lugares nos processos de desenvolvimento rural (SCHMITT, 2009), um conteúdo, trabalhado numa perspectiva dialética e participativa, não poderia contar com um único professor e nem ser realizada num único espaço. Seguindo esta ideia, a agroecologia foi trabalhada nos eixos tanto como tema geral (Agroecologia, produção e sustentabilidade; Práticas agroecológicas), como transversal (Campo e desenvolvimento: a questão agrária brasileira; Metodologias participativas e a pesquisa como princípio educativo; Saúde e segurança alimentar e nutricional no campo; Agroindústria e cooperativismo).

Foram realizadas reuniões com o intuito de discutir o conteúdo programático a partir das afinidades e interesses no campo da pesquisa e da extensão de cada professor colaborador. O conteúdo



dos Eixos Temáticos que tiveram a agroecologia como tema geral, foi dividido entre educadores de diversos campos de formação: Agronomia (6), Biologia (1), Ciências Sociais (1), Eng. Florestal (1) e Zootecnia (2). Uma dificuldade encontrada foi a de reunir todos os envolvidos num mesmo espaço e horário, dada a incompatibilidade de agendas. Mas isso não foi um obstáculo, tendo em vista que a maioria dos educadores envolvidos já se conhecia e realizava atividades conjuntas através da Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA).

As aulas teóricas e práticas ocorreram nas dependências do Centro de Formação Canudos, localizado no Assentamento Moacir Wanderley (Quissamã), na Reserva do Caju (Campo experimental da Embrapa Tabuleiros Costeiros) e também no Espaço de Vivência Agroecológica (EVA). No eixo “Agroecologia, produção e sustentabilidade” foram trabalhados conceitos e princípios (Agroecologia, agricultura orgânica, agricultura convencional, transição agroecológica e agronegócio); Conjuntura da agroecologia em Sergipe; Importância da biodiversidade na agricultura (manejo ecológico e o controle biológico e natural de pragas, Sistemas agroflorestais, Ética e bem-estar animal, alimentação); Indicadores de sustentabilidade e tipos de certificação.

Nosso maior desafio em relação à formação se deu, sobretudo, pela diversidade das áreas de conhecimento dos educandos envolvidos. Dos cinquenta educandos matriculados no curso, quarenta e seis eram beneficiários do PRONERA, em sua maioria, assentados ou filhos de assentados. Parte significativa dos educandos matriculados no curso realizou graduação em cursos de Pedagogia, Licenciatura em Educação do Campo e Agronomia. Havia ainda educandos oriundos de cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Serviço Social, História, Engenharia de Pesca, Educação Física e Medicina. Diante da diversidade de áreas de formação e campos de atuação profissional, partimos da premissa que a maioria dos educandos, antes de exercer qualquer atividade profissional, é acima de tudo, camponês. Nessa perspectiva, entendemos que deveria haver um conteúdo geral de agroecologia que ao mesmo tempo em que gerasse reflexões sobre conceitos, princípios e práticas, pudesse contribuir com os quintais produtivos dos educandos e seus familiares.

No eixo “Práticas Agroecológicas”, foram ministrados a todos os educandos os seguintes conteúdos: Saúde do solo (compostagem; adubação verde; minhocário; biogel); Fitoparasitas



(defensivos naturais – produção e aplicação); Produção animal (silagem, feno); Sementes e produção de mudas (coleta, secagem, armazenamento, peletização) e; Hortaliças (plantio, manejo). Considerando o grande número de educandos na turma, a turma foi dividida em três grupos, afim de que todos pudessem participar de cada atividade de forma mais efetiva. Além do conteúdo geral (teórico e prático) ofertado a todos os educandos, foram realizadas oficinas específicas, nas quais os educandos deveriam escolher e participar de pelo menos uma delas (apicultura, plantas ornamentais, piscicultura, Sistemas Agroflorestais e mudas florestais).

Em conjunto com as aulas teóricas e práticas, realizamos visitas técnicas, intercâmbios, atividades de intervenção no Tempo Comunidade e organizamos, junto com parceiros do Residência Agrária e da RESEA, cursos, oficinas e seminários que pudessem complementar a formação, dentre os quais destacamos as Instalações Pedagógicas e Facilitação Gráfica, que posteriormente, contribuíram com a construção de outras ações, como as caravanas agroecológicas e o Encontro de Agroecologia promovido pela RESEA. As vagas desses cursos, oficinas e seminários foram ampliadas também ao público externo, que não estava matriculado no Residência Agrária.

Entre os seminários, destacamos a “Semana de Alimentação”, realizada em parceria com o Departamento de Nutrição/UFS, RESEA, EVA e Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Sergipe (CONSEAN-SE) que teve como objetivo chamar a atenção para o papel da agricultura familiar camponesa na erradicação da fome, na promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional, bem como problematizar os riscos dos agrotóxicos para a saúde e o meio ambiente; a “Mesa Controvérsia sobre Transgênicos” realizada em parceria com o Departamento de Nutrição, RESEA, EVA e o Centro de Formação Agropecuária Dom José Brandão de Castro (CEFAC), que possibilitou ampliar o debate e dar visibilidade para os problemas e desafios associados à regulação, ao controle e ao uso de transgênicos no Brasil; o “Fórum de Debates sobre Agrotóxicos”, realizado em parceria com o grupo de pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territorial (GPCET), que contou com a participação de pesquisadores, representantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Ministério Público, cujo objetivo foi ampliar o debate acerca do avanço das fronteiras agrícolas e dos impactos da exposição e contaminação que



milhares de trabalhadores são submetidos; e o “Seminário Estadual sobre Legislação de Sementes Crioulas”, realizado em parceria com organizações e movimentos sociais que compõe a RESEA, que teve como objetivo, discutir, construir e implementar uma Política de Sementes Crioulas para o estado de Sergipe, que valorize o conhecimento popular, possibilitando o resgate, a conservação e a multiplicação de sementes de variedades locais.

Normalmente os cursos que trabalham com a Pedagogia da Alternância fazem módulos concentrados de atividades no Tempo Escola, seguidos de atividades no Tempo Comunidade. Em Sergipe o calendário foi diferente, pelo fato de que parte significativa dos educandos matriculados exercia atividades profissionais remuneradas durante os dias da semana, ficando inviável que as aulas ocorressem de segunda à sexta de modo concentrado. A adequação foi factível graças à particularidade de o território sergipano ser pequeno, permitindo que os educandos de todos os territórios pudessem se locomover com certa facilidade, concentrando as atividades em poucos dias da semana.

Outro fator que contribuiu, foi o fato de haver alojamento nas dependências do Assentamento Moacir Wanderley, possibilitando que os educandos que moravam mais distante, pudessem dormir nas noites de sexta para sábado. Foram ofertados de dois a três eixos em cada etapa, com aulas nas sextas e sábados, seguidos de um mês sem aulas para que todos pudessem não só realizar estudos e atividades complementares, mas também se organizar para que ocorressem atividades de intervenção nas suas regiões de origem.

Para as atividades do Tempo Comunidade a turma de cinquenta educandos foi dividida em quatro regiões a depender da localidade de origem do educando (Região Sul, Grande Aracaju, Sertão e Agreste). Ocorreu quatro etapas de Tempo Comunidade. Na primeira etapa, além de estudos e atividades relacionadas aos textos sugeridos no Tempo Universidade, os educandos tiveram que fazer um estudo inicial da realidade, apresentando dados gerais que ajudassem a caracterizar o local onde seria desenvolvida a pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e também dados específicos, relacionados ao eixo de pesquisa de cada um. Sugeriu-se que os educandos fizessem uso de algumas metodologias e ferramentas, trabalhadas durante o eixo “Metodologias participativas e a pesquisa como princípio educativo”.



Na segunda etapa do Tempo Comunidade, além dos estudos e trabalhos orientados, os educandos deveriam elaborar propostas de atividades de intervenção na região de moradia e/ou trabalho, vislumbrando uma possibilidade concreta de ação. As propostas foram socializadas e debatidas coletivamente. Na terceira etapa, além de estudos, foram realizadas atividades de intervenção, efetivando uma das potencialidades educativas da Pedagogia da Alternância. Não havia limite de participantes para as atividades de intervenção, a única regra era que as atividades não poderiam ser feitas individualmente e deveriam estar relacionadas a um dos eixos trabalhados durante o Tempo Universidade. A maioria das atividades desenvolvidas pelos educandos estava relacionada à agroecologia e geraram reflexões positivas relacionadas aos princípios da Soberania Alimentar. A quarta e mais longa etapa do Tempo Comunidade durou um semestre e foi destinada tanto as atividades relacionadas diretamente aos Trabalhos de Conclusão de Curso, como às atividades de intervenção.

Foram realizadas oficinas de compostagem, produção de mudas e hortas, construção de minhocários, biofertilizantes e defensivos naturais, conservação e peletização de sementes, tanto em assentamentos da Reforma Agrária, como em comunidades pesqueira e quilombola. Também ocorreram atividades em espaços institucionais. Uma educanda que exercia a função de Assistente Social em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), juntamente com um colega oriundo da Agronomia, desenvolveu atividades com portadores de transtorno mental e usuários drogas que resultaram na criação de hortas e canteiro de ervas medicinais, que passaram a ser manejadas por usuários e profissionais do CAPS. Educandos que exerciam atividade docente em escolas, também desenvolveram oficinas e práticas que resultaram na construção de hortas e diálogos sobre a importância de uma alimentação saudável.

Merece destaque uma atividade relacionada ao eixo “Saúde e segurança alimentar e nutricional no campo”, realizada numa comunidade quilombola que luta pelo reconhecimento e demarcação da terra. Participaram da ação, estudantes e professores do Residência Agrária, do Departamento de Nutrição, Geografia, além de bolsistas do EVA e agentes locais de saúde. As ações propostas visaram conhecer a situação nutricional, as condições de saúde, a percepção de Insegurança Alimentar das



famílias, as demandas por orientações de cultivo, plantio, além das tradições, dos hábitos e cultura da comunidade.

O planejamento das ações foi realizado por cada departamento envolvido na ação, contemplando a elaboração dos formulários e questionários, bem como treinamento para padronização da coleta dos dados e atendimento à população. Foi elaborado um livreto composto por materiais instrutivos com temáticas sobre saúde, nutrição e agroecologia e socializado com as famílias. As ações realizadas foram (FAGUNDES et al., 2016):

- ✓ Avaliação socioeconômica;
- ✓ Investigação (entrevistas) sobre as tradições e a cultura local;
- ✓ Auto percepção sobre a situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional;
- ✓ Avaliação nutricional antropométrica (peso e estatura);
- ✓ Avaliação clínica de adultos e idosos ( aferição da pressão arterial);
- ✓ Avaliação bioquímica capilar (glicemia) de adultos e idosos;
- ✓ Triagem de anemia (capilar) em população em risco: crianças e gestantes;
- ✓ Rodas de conversa sobre Educação Alimentar e Nutricional e encorajamento e orientações quanto ao aleitamento materno e alimentação infantil;
- ✓ Orientações de higiene, manipulação e conservação dos alimentos com ênfase na Alimentação Escolar;
- ✓ Sessão de cinema infantil na escola;
- ✓ Oficina prática de compostagem, peletização e armazenamento de sementes;
- ✓ Orientações nutricionais e médicas individualizadas;
- ✓ Encaminhamento à equipe de saúde local;
- ✓ Visitas domiciliares, para acessar a população com impossibilidade de participar da ação;
- ✓ Socialização da tradição e cultura da comunidade;

A pedido da comunidade, os resultados do trabalho foram compilados em uma publicação impressa que conta a história dos territórios, com destaque para as composições musicais do samba de coco e das danças de roda, que retratam como era a vida e o cotidiano das famílias. Nesse mesmo



material impresso, foi feito um mapeamento das ervas medicinais utilizadas pela comunidade e também foram registrados relatos da experiência de intervenção, com socialização dos dados levantados durante as ações de saúde e de agroecologia do Tempo Comunidade. As atividades do Tempo Comunidade foram acompanhadas pela coordenação pedagógica e contaram com o apoio de professores e supervisores de campo do curso, além de bolsistas do EVA. Parte do Tempo Síntese foi utilizada para a socialização e reflexão sobre as experiências de cada educando/grupo.

O curso de Residência Agrária da UFS propôs, além das atividades no Tempo Universidade, Tempo Comunidade, Tempo Síntese e de formação complementar, a elaboração e a defesa oral de Trabalhos de Conclusão de Curso para todos os educandos. Essa etapa foi um dos maiores desafios do processo de formação, tanto para os discentes, que acostumados ao trabalho prático e já envolvidos em outras atividades de rotina, apresentaram algumas barreiras e resistências para o desenvolvimento de trabalhos no formato acadêmico-científico, quanto aos docentes, no que se refere à sensibilização dos discentes para o envolvimento (e desenvolvimento) com os TCC.

Durante o planejamento do curso, a Coordenação Pedagógica considerou didaticamente, frente à heterogeneidade da turma, que o desenvolvimento dos trabalhos finais pudesse retratar as atividades de pesquisa e intervenções, podendo ser originais ou de revisão, conforme a realidade de cada discente, orientados pelos professores, extensionistas e pesquisadores envolvidos nos Eixos Temáticos. Como resultado, foi publicado um Caderno de Resumos organizado a partir das seguintes temáticas: Agroecologia; Educação do Campo e Metodologias Participativas; Questão Agrária, Política, Legislação e Estado; Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional no Campo; Produção e Associativismo.

Alguns trabalhos também foram apresentados no I Congresso Nacional de Residência Agrária, que teve como objetivo ampliar o debate e a reflexão sobre as experiências dos trinta e cinco cursos, com diferentes formatos, metodologias e conteúdo programático. Os trabalhos foram debatidos em rodas de diálogo, coordenadas por facilitadores divididos nos seguintes grupos de trabalho: Agroecologia; Tecnologias de Produção; Questão Agrária, Direitos e Conflitos no Campo; Cooperação, Agroindústria e Organização da Produção; Práticas Pedagógicas e Metodologias da Residência



Agrária; Cultura e; Educação do Campo. Também foi produzido um vídeo documentário que retrata a experiência do curso em Sergipe, a partir da fala de alguns educandos, educadores, técnicos e assentados da Reforma Agrária.

Quarenta e seis educandos concluíram o curso. Merece atenção o fato de que 58,69% dos participantes eram mulheres e 41,30% homens. Sabe-se que as discussões de gênero só começaram a ser debatidas no MST, em meados dos anos de 1990, o que nos remete ao entendimento que “os movimentos sociais operam com fontes populares de informação, aprendizado e conhecimento político que tendem a ser ampliados e redefinidos pela própria prática e sua dinâmica” (CHAUI, 1995, p. 13). De acordo com o próprio MST, no início do movimento, questões de gênero eram tidas como lutas secundárias. A experiência de Sergipe revelou que as mulheres camponesas passaram não só a ter voz, mas ocupar espaços de formação e decisão política que por muitos anos foram dominados, prioritariamente, por homens. Mas, ainda precisamos avançar, no sentido de fortalecer a discussão e as ações relacionadas a gênero e Agroecologia.

### **3. Considerações finais**

O curso se destacou como um espaço de formação não só dos educandos, mas também dos educadores e das famílias que participaram tanto das atividades de pesquisa, como de extensão. Embora o uso dos termos transdisciplinaridade e interdisciplinaridade tenha se tornado comum, sabe-se que colocá-los em prática ainda é um grande desafio. Significa se despir de diversas facilidades, pois já estamos acostumados a trabalhar em nossas “caixinhas”, sem precisar fazer um planejamento conjunto tanto com outros professores quanto com os locais onde seriam realizadas as atividades.

Atividades de vivência, extramuros da universidade, são potencialmente mais efetivas para o aprendizado, colaboram com o desenvolvimento local e problematizam o próprio modo de produção do conhecimento. Porém, requerem mais detalhamento na organização e no planejamento, além de investimento financeiro e articulação intra e inter setorial, o que ajuda a explicar um dos fatores que



fazem com que a maioria dos cursos ocorra de forma tradicional e formatada em modelos que pouco dialogam com a realidade.

Destacamos como um dos principais resultados dessa experiência a oportunidade de integração de diversos atores que atuam com a Agroecologia no estado de Sergipe, onde o curso foi um dos catalisadores do processo de fortalecimento da RESEA. Outro importante resultado são as novas ações conjuntas envolvendo diferentes departamentos da Universidade com Embrapa, instituições de ATER e movimentos sociais.

### Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. *Marco Referencial para uma Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão rural*. 2ª versão. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 7.352, de 4 de novembro de 2010*. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, DF: MEC/CNE, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm)>. Acesso em 22 de agosto de 2016.

CHAUÍ, M. In: SADER, E. *Quando novos personagens entram em casa: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FAGUNDES et al. *Saúde, nutrição e segurança alimentar*. In: FAGUNDES, A.; FAGUNDES R.; MENEZES, S (Org.). *Cultura, tradições e segurança alimentar da comunidade de Sítio Alto, Sergipe*. Aracaju: J. Andrade, 2016.

NOSELLA, P. *Educação no Campo: origem da Pedagogia da Alternância no Brasil*. Espírito Santo: EDUFES, 2014.

SCHMITT, C. J. *Transição Agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira*. In: SAUER, Sergio e BALESCO, Moisés Villamil (orgs). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.



## ANEXOS



**Figura 1.** Assentamento Moacir Wanderley.  
**Fonte:** Arquivo dos autores.



**Figura 2.** Auditório da Embrapa.  
**Fonte:** Arquivo dos autores.



**Figura 3.** Materiais de divulgação.



**Fonte:** Residência Agrária Sergipe (2015).